



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e seis dias de**
2 **janeiro de dois mil e onze.** Estiveram presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I. 1.**
3 **Movimentos Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva; **I. 2.**
4 **Movimento Popular de Saúde:** Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sra. Leonilda Bravo Cabrera; **I. 3. Conselhos**
5 **Locais de Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Ivone Crescêncio da S. Mendonça, Sr. José Mendes Juvenal, Sra.
6 Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José M. da Costa; **I. 4. Associação de Portadores de Patologias:** Sra. Érica da
7 Silva Vitorino; **I. 5. Movimento Sindical:** Sr. Adilson Momente, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita, Sr. José
8 Paulo Porsani, Sra. Mercedes dos Santos; **II. Trabalhadores: II. 1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde**
9 **Municipais: II. 1. a. Rede:** Sra. Francisca Francilete da Silva, Sr. João das Graças Silva; **II. 1. b. Hospitais e/ou**
10 **Prontos-Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sr. Antonio Facin, Sra. Wilma Rosendo da Silva; **II. 2. Entidade**
11 **de Prestadores de Serviço de Saúde Privados:** Sr. José Augusto de Souza; **II. 3. Trabalhadores Estaduais de**
12 **Saúde:** Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha; **III. Gestores: III. 1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sra. Maria Cecília
13 Brandt Piovesan, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE: I. Usuários: I. 1.**
14 **Movimentos Sociais:** Sra. Neli de Oliveira Rossi; **I. 2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Soeli Alves Monteiro
15 Gava, Sr. Lúcio Rodrigues; **I. 3. Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Teresita del Niño Jesus de la Nuez Quintana; **II.**
16 **Gestores: II. 1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Edison Martins da Silveira, Sra. Sílvia Ap. Maria Lutaif Dolci
17 Carmona, Sr. Walmir Cândido de Oliveira; **II. 2. Hospitais Universitários:** Sra. Simone Pereira Rosa. O Sr. André
18 Ribeiro iniciou a reunião, dando as boas vindas a todos os presentes. Realizou a leitura das pautas, sendo **I.**
19 **Informes; II. Votação das atas de 11 e 24 de novembro; III. Apresentação da proposta preliminar da**
20 **delegação para a IX Conferência Municipal de Saúde; IV. Apresentação e discussão da Associação dos**
21 **Chagásicos de Campinas; V. Apresentação, discussão e votação do Plano de Ações e Metas do Programa**
22 **Municipal DST/AIDS – prestação de contas 2010 e PAM 2011, realizada pela Dra. Cláudia Barros.** Nos
23 informes, o Sr. José Carlos falou sobre as datas das eleições para o Conselho Municipal de Saúde e ressaltou
24 sobre o envio dos documentos necessários para as eleições. A Sra. Eloísa falou sobre a época de proliferação de
25 dengue. Falou sobre o problema e as condições de trabalho da VISA Sudoeste, sendo que ocorreu uma reunião
26 para tentar solucionar a situação precária de trabalho. Solicitou o apoio do Conselho Municipal de Saúde. A Sra.
27 Teresita falou sobre a segurança nas unidades de saúde, onde o Centro de Saúde Faria Lima fora assaltado
28 recentemente. Solicitou uma pauta no CMS para discutir essa questão e lembrou que as unidades de saúde são
29 patrimônios públicos. O Sr. Lúcio também falou sobre a dengue e questionou a quantidade de agentes de
30 saúde disponíveis nas unidades de saúde para o trabalho de prevenção à dengue. Apontou uma fala do
31 Secretário, Dr. Saraiva, na rádio CBN, aonde apontava a questão da dengue, sendo que Campinas estava em
32 uma situação equilibrada, onde Campinas tem um percentual baixo de pessoas contaminadas com dengue. A
33 Sra. Liana falou que, dia 29 de janeiro, às 8:30 horas, ocorrerá a reunião da Comissão da Saúde Mental, onde
34 serão discutidos os pontos aprovados na Conferência Municipal de Saúde Mental. A Sra. Yara procurou
35 esclarecer dúvidas, com relação às eleições do Conselho Municipal de Saúde. Uma das dúvidas, as entidades
36 que votarão, esclareceu que cada entidade votará apenas uma vez. Esclareceu que, caso um conselheiro seja
37 desligado do CMS, o primeiro suplente assumirá a suplência, podendo ser ou não da mesma entidade. Explicou
38 que as vagas são das entidades, no segmento dos usuários. Outra dúvida foi em relação às vagas dos conselhos
39 locais de saúde. Esclareceu que as vagas dos Distritos de Saúde serão definidas nas plenárias distritais. Afirmou
40 que somente as unidades com conselhos locais instituídos poderão pleitear vagas no CMS. O Sr. Gerardo
41 questionou os esclarecimentos sobre as entidades, perguntando se a entidade substituir o nome do
42 conselheiro eleito, sendo ele mantido como titular ou como suplente. A Sra. Yara solicitou dois conselheiros
43 trabalhadores para compor a comissão eleitoral, pois a mesma não possui nenhum conselheiro trabalhador. A
44 Sra. Wilma e a Sra. Francisca Francilete encaminharam seus nomes para a comissão eleitoral. Explicou que o
45 sindicato continua com o seu titular. A Sra. Francisca Francilete falou que as pessoas se preocupam com a
46 dengue somente quando ocorrem as epidemias. Falou sobre as situações precárias de trabalho dos agentes de
47 saúde, onde o protetor solar não é suficiente para o trabalho. Diz que o trabalhador que atua na rua deve ter o
48 mínimo de condições de trabalho. Afirmou que os agentes de saúde não foram chamados para discutir os
49 quadros de risco de dengue em Campinas. Afirmou que as pessoas somente se preocuparão com a dengue,
50 quando houver leis que obriguem as pessoas a evitar os criadouros, mediante punições. A Sra. Haydee solicitou
51 esclarecimentos sobre a questão do Complexo Hospitalar Ouro Verde. Afirmou que a deliberação mais
52 importante deste Conselho foi a aprovação, por unanimidade, da criação de uma Fundação Estatal de direito
53 Privado para a gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde. Questionou os encaminhamentos da audiência com
54 o Prefeito, como foi deliberado em reunião do Conselho Municipal de Saúde. Afirmou que o presente mandato
55 está se encerrando, sem que nada tenha sido feito para implantar a decisão do Conselho. Sugeriu que fosse



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



56 discutido na presente reunião ou que seja marcada uma extraordinária, que somente poderia ser realizada no
57 dia 02 de fevereiro, devido às eleições para o Conselho Municipal de Saúde. O Sr. Pedro Humberto relatou que
58 a Comissão, no término de sua última reunião, havia estipulado um prazo de entregar alguma proposta
59 concreta na Conferência Municipal de Saúde. Diz que houve uma resposta, do gabinete do Prefeito, onde fosse
60 apresentado um documento formulado pela comissão, baseado nas discussões do Conselho Municipal de
61 Saúde. A Dra. Lenir formulou uma proposta, baseada nos doze princípios, discutidos e aprovados no CMS, e
62 apresentou ao gabinete do Prefeito. Houve uma reunião na última quinta-feira, onde estiveram presentes: o
63 presidente do CMS, Dr. Nelson, Dra. Lenir, os Secretário de Saúde, de Recursos Humanos, de Assuntos Jurídicos
64 e de Finanças, sendo uma reunião técnica. A proposta da reunião foi o relato dos fatos pelo Dr. Nelson e a
65 explicação da Dra. Lenir sobre a sua proposta encaminhada. Durante a reunião, houve ponderações positivas e
66 negativas acerca a questão das fundações, sendo encaminhada a proposta de estudo dos pontos positivos e
67 negativos para ser encaminhado ao Prefeito. Diz que a Sra. Lenir trouxe uma cartilha, onde um grupo de juízes
68 encontra-se preocupado com as saídas para a saúde, sendo discutidas dentro da Casa Civil, em Brasília, as
69 possíveis saídas para a Saúde Pública, estando para ser submetidas à votação. Explicou que o Dr. Lincom está
70 realizando os estudos jurídicos sobre a fundação, que será anexado ao estudo do Dr. Nelson, para ser
71 encaminhado ao Prefeito. A Sra. Márcia Molina solicitou que pudesse abrir discussão sobre o relato do Sr.
72 Pedro Humberto, por não ser uma questão qualquer. Ressaltou que essa decisão foi a mais importante deste
73 Conselho, sendo referência para outros municípios. Falou que este Conselho não pode encerrar o seu mandato
74 sem discutir os rumos da decisão da criação da Fundação. Falou que conversou com o Dr. Nelson e com a Dra.
75 Lenir, os quais tiveram uma impressão ruim sobre a reunião relatada pelo Sr. Pedro Humberto. Sugeriu que
76 fosse discutido na presente ou que fosse encaminhada uma reunião extraordinária. Esclareceu que a Lei que
77 abrange os doze passos da criação da Fundação encontra-se semi-pronta. Discordou que nada foi feito para
78 encaminhar a deliberação do Conselho. O Sr. Mendes apontou que não pode alterar as pautas da presente
79 reunião, pois são assuntos atrasados. Afirmou que para haver uma reunião extraordinária, deve haver votação.
80 O Sr. André lembrou que, de acordo com o regimento interno, caso exista uma questão levantada nos informes
81 que necessite de discussão, esta deverá ser pautada para a próxima reunião do conselho. O Sr. Trombetta
82 solicitou que fosse encaminhada ao pleno a sugestão de realizar uma reunião extraordinária. O Sr. Pedro
83 Humberto apontou estar preocupado com o processo eleitoral o qual o Conselho se encontra, questionando a
84 produtividade dessa discussão neste momento. Sugeriu que fosse criado um documento do Conselho
85 Municipal de Saúde para ser encaminhado à Comissão. Em processo de votação nominal, o Conselho Municipal
86 de Saúde **APROVA** a realização de uma reunião extraordinária para discutir a implantação da Fundação Estatal
87 de Direito Privado para a Gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde, por 27 (vinte e sete) votos favoráveis, 01
88 (um) voto contrário e 02 (duas) abstenções, votando **FAVORÁVEL** os seguintes conselheiros: Sr. Adilson
89 Momente; Sr. André; Sr. Cláudio Trombetta; Sr. Edison Silveira; Sr. Edson Bueno; Sra. Eloísa; Sra. Érica; Sra.
90 Geowanna; Sra. Ivone; Sra. Izabel; Sr. João das Graças; Sr. João Xavier; Sr. José Mendes; Sra. Leonilda; Sr. Luís
91 Cláudio; Sra. Maria Cecília; Sra. Maria de Fátima; Sra. Maria Helena; Sra. Maria José; Sra. Mercedes; Sra. Neli;
92 Sr. Pedro Humberto; Sr. Porsani; Sra. Simone Pereira; Sra. Soeli; Sr. Walmir; Sra. Wilma; votou **CONTRÁRIO** o
93 conselheiro Sr. José Augusto e **ABSTIVERAM-SE** os conselheiros Sr. Facin e Sr. Francisca Francilete. O Sr. Luís
94 Cláudio elogiou o trabalho do SAMU, por atendimento realizado no centro. O Sr. Adilson Momente falou que o
95 presente mandato se finda, uma vez que as eleições estão próximas. Afirmou que os assuntos discutidos não
96 podem ser deixados para trás. Parabenizou os trabalhos do Conselho Municipal de Saúde, porém a luta deve
97 continuar. Afirmou que não se candidatará para a recondução ao CMS. Desejou ao CMS muito sucesso e
98 lembrou à Mesa que tudo que está em pauta deve ser discutido. A Sra. Carolina falou que protocolou diversas
99 cartas, pedindo averiguação à respeito da história de sua filha. Informou que no dia 21 de dezembro foi
100 informada que sua filha havia falecido de meningite, porém o fato que a VISA não fora notificada e nem pode
101 ver o corpo. Questionou se o atestado de óbito que recebeu corresponde, de fato, a sua filha. Solicitou que o
102 CMS encaminhe ao novo conselho um pedido de esclarecimento sobre os fatos ocorridos com sua filha. A Sra.
103 Wilma apontou que muitas unidades foram furtadas, sendo roubados computadores, bebedouros e
104 equipamentos de grande porte. Falou que o Conselho Municipal de Saúde aprovou a instalação de câmeras de
105 vigilância para os centros de saúde. Questionou se as câmeras estão funcionando e se estão, por que não
106 foram pegos os assaltantes. Falou que um médico teve sua moto furtada de sua unidade de trabalho e que
107 solicitará exoneração pela falta de segurança. Falou que se a reunião extraordinária tivesse sido aprovada na
108 Comissão Executiva, a presente reunião teria sido otimizada. Falou sobre o Sr. Wagner Mamede, que sofreu
109 uma fratura exposta, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Complexo Hospitalar Ouro Verde. Falou
110 que o paciente permaneceu a noite toda esperando a cirurgia e que foi transferido para o Hospital Municipal



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



111 Dr. Mário Gatti. Questionou porque este paciente foi transferido, uma vez que o CHOV possui centro cirúrgico.
112 Afirmou que o CHOV é hospital fechado, sendo que os pacientes do Pronto Socorro não são encaminhados ao
113 centro cirúrgico. Falou que o déficit de trabalhadores da Saúde é grande, acarretando complicações nos
114 atendimentos aos usuários. O Sr. Trombetta agradeceu a compreensão dos conselheiros e desculpou-se nos
115 momentos em que se exaltou. Afirmou ser difícil ser coordenador da Comissão Fiscal de Saúde, pois deve partir
116 para o enfrentamento direto. Diz que fez o que pode para brigar pela melhora da Saúde Pública de Campinas.
117 Falou que foi ameaçado por fazer denúncias sérias ao Ministério Público Federal. Falou que vem escutando
118 conversas sobre a prorrogação do convênio com a SPDM para a gestão do CHOV por mais dois anos e que, se
119 isso ocorrer, o controle social foi imensamente prejudicado. Apontou que existem queixas de ocorrências
120 envolvendo funcionários do CHOV, incluindo assédio moral e discriminação. Como não tem poder de
121 fiscalização, não participou da visita que ocorreu ao CHOV. Apontou que os conselheiros devem realizar o
122 controle social, independente de partidos políticos ou da Secretaria de Saúde. O Sr. Porsani questionou a sua
123 situação, uma vez que é conselheiro de saúde a dois mandatos, porém, como a lei nº 13.270 entrou em vigor
124 para o triênio 2008 – 2011, perguntou se poderá ser reconduzido ao CMS. Solicitou um parecer oficial da sua
125 dúvida. Ressaltou a pergunta do Sr. Gerardo, o qual questionou se, a partir do momento que são eleitos, os
126 conselheiros passam a ser conselheiros usuários e não mais pela entidade que o encaminhou ao CMS. Solicitou
127 esclarecimentos oficiais sobre este ponto. O Sr. José Carlos explicou que a Lei de 2007 entrou em vigor em
128 2008, sendo permitida a todos os presentes conselheiros, uma recondução ao CMS. A Sra. Wilma solicitou que
129 a eleição dos trabalhadores, representantes dos Serviços Públicos de Saúde, iniciasse às 19h30min horas e, não
130 às 19 horas, como aponta o Diário Oficial. O Sr. José Carlos esclareceu que a eleição encontra-se convocada
131 para às 19 horas, não correspondendo às normas estabelecidas no regimento interno. A Sra. Yara apontou que
132 trata-se de um pedido, para o pleno ratifique a solicitação. Como nenhum conselheiro apresentou alguma
133 oposição, o CMS ratifica o pedido de estender o prazo de assinatura da lista de presença da referida eleição.
134 Para as votações das atas, a Sra. Izabel solicitou o acréscimo de sua fala, na ata do dia 24 de novembro, nas
135 linhas 63, 64 e 65, onde, durante a discussão da presença do conselheiro nas unidades para fiscalizar, falou que
136 o Conselho Municipal de Saúde tirou uma Comissão de Visitas, legitimada por portaria assinada pelo Secretário
137 de Saúde para fiscalizar, fazer acompanhamento e visitas aos Centros de Saúde, Hospitais e outras unidades de
138 saúde. Ressaltou que a Comissão não deve marcar a data para realizar a visita, pois dessa forma não seria
139 fiscalização. Solicitou que as atas não fossem impressas em frente e verso, pois não é necessário economizar
140 tanto papel assim. Em processo de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU** a ata de 10 de
141 novembro, com 04 (quatro) abstenções. Com o acréscimo solicitado pela Sra. Izabel, em processo de votação, o
142 Conselho Municipal de Saúde **APROVA** a ata de 24 de novembro, com 03 (três) abstenções. O Sr. José Carlos
143 realizou a apresentação da proposta preliminar de delegação para a IX Conferência Municipal de Saúde.
144 Informou que a proposta será encaminhada a todos para ampla divulgação. O Sr. Oswaldo realizou a
145 apresentação dos membros da Associação de Chagásicos de Campinas. Após, a Sra. Ana Maria, assistente social
146 do Hospital das Clínicas da UNICAMP, realizou a apresentação das atividades da Associação. Abertas as falas, o
147 Sr. Lúcio questionou uma estatística que aponta que, aproximadamente, 300 pessoas estão contaminadas com
148 chagas. Teve a impressão de ter lido, na resposta da Secretaria, nenhuma pessoa contaminada com chagas. A
149 Sra. Ana Maria afirmou que não existe contaminação direta pelo vetor, sendo a contaminação vetorial
150 controlada. A Dra. Cláudia Barros explicou que não existem casos autóctones, ou seja, casos de contaminação
151 que ocorreram no município, há mais de 70 anos. Disse que existe o barbeiro em áreas de matas inabitadas,
152 ocorrendo o controle do vetor nas áreas habitadas. A Sra. Érica parabenizou o Sr. Oswaldo pelo trabalho da
153 Associação e perguntou se a doença de chagas deixou de ser relacionada à pessoas de baixa renda, por
154 condições de habitação. A Sra. Ana respondeu que existe uma população de muita vulnerabilidade social.
155 Existem áreas na Bahia, onde as pessoas estão muito susceptíveis à contaminação. Afirmou que a doença de
156 chagas é uma doença social. Afirmou que a taxa de contaminação por doação de sangue é zero, devido aos
157 testes realizados. Apontou que o principal problema é que a população que vive com chagas está
158 envelhecendo, sofrendo uma diminuição de sua renda. O Sr. Pedro Humberto agradeceu a apresentação
159 realizada e o trabalho da Associação. A Sra. Maria Helena questionou a data da reunião extraordinária
160 aprovada pelo pleno. Após, a Dra. Cláudia Barros realizou a prestação de contas do PAM Programa DST/AIDS
161 2010 e o Plano de Ações e Metas do PMDST/AIDS 2011. Abertas as falas, o Sr. Lúcio questionou o grau de
162 confiabilidade do teste rápido, o qual foi amplamente aceito pela sociedade. O Sr. André perguntou porque
163 algumas das metas não foram atingidas. A Dra. Cláudia respondeu que o teste rápido é 99,83% confiável, sendo
164 maior que o teste convencional. Explicou que os princípios dos dois testes são os mesmos, sendo a diferença
165 no “kit” de montagem dos testes. Explicou que o teste rápido é tão confiável que, quando começou a ser



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



166 utilizado o teste rápido na rede, o Ministério da Saúde preconizava a realização de dois testes. Hoje, o
167 preconizado é realizar o segundo teste, somente quando o primeiro for positivo. Explicou que rápido é o
168 resultado, sendo que não é entregue sem acompanhamento. Diz que existem dois meses de incubação do vírus
169 HIV. Falou que existem histórias interessantes dos testes rápidos, como utilizar a Kombi como sala de
170 aconselhamento para entregar os resultados dos testes. Sobre as metas, explicou que todas as ações e
171 compras do Programa Municipal DST/AIDS depende da estrutura burocrática, que não acompanha o ritmo de
172 trabalho. Explicou que, a partir do momento que as verbas do PAM não foram mais executadas por convênios
173 com ONGs, perdeu-se mobilidade, uma vez que todos os materiais devem passar pelo processo de licitação de
174 toda a Secretaria. Em processo de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA**, por unanimidade, a
175 Prestação de Contas do Plano de Ações e Metas do Programa Municipal DST/AIDS 2010 e o Plano de Ações e
176 Metas do Programa Municipal DST/AIDS 2011. O Sr. Pedro Humberto encerra a reunião. Nada mais a ser
177 tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente
178 ata, assinando-a juntamente com os demais presentes.